

Editora O Estado do Paraná S.A.

CNPJ 76.568.708/0001-05

Demonstrações financeiras referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2020

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2020	2019	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2020	2019
	Explicativa				Explicativa		
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	267	266	Fornecedores	13	348	370
Contas a receber de clientes	9	1.047	981	Arrendamento Mercantil	14	15	-
Demais contas a receber		263	245	Obrigações sociais e trabalhistas	15	663	1.196
Total do ativo circulante		1.578	1.492	Obrigações tributárias		56	60
				Demais contas a pagar		133	289
				Total do passivo circulante		1.215	1.915
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Tributos a recuperar		73	73	Arrendamento Mercantil	14	17	
Depósitos judiciais	17	-	679	Adiantamento para futuro aumento de capital		200	3.700
Direito de Uso	10	32	-	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16	280	299
Investimentos		7	7				
Imobilizado	11	252	269	Total do passivo não circulante		497	3.999
Intangível	12	2	10				
Total do ativo não circulante		366	1.038	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social		496	265
				Prejuízos acumulados		(263)	(3.649)
				Total do patrimônio líquido		233	(3.384)
Total		1.944	2.530	Total		1.944	2.530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais)

	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(260)	(2.737)
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	25	24
Reversão/Constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(106)	44
Reversão da provisão para contingências	(19)	(193)
Depreciação sobre Direito de Uso	9	-
Juros sobre Arrendamento Mercantil	2	-
Atualizações de depósitos judiciais e contingências	(14)	(25)
	(363)	(2.887)
(Aumento) Redução dos ativos		
Contas a receber	40	(81)
Tributos a recuperar	(1)	99
Outros ativos	675	(83)
	714	(65)
Aumento (Redução) dos passivos		
Fornecedores	(22)	10
Obrigações sociais e trabalhistas	(533)	(64)
Obrigações tributárias	(4)	11
Outros passivos	(156)	69
	(715)	26

Imposto de Renda e Contribuição Social pagos

(3) -

Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais

(368) (2.926)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:

Aquisições de imobilizados	-	(27)
Aquisições de intangível	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	-	(27)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:

Adiantamento para futuro aumento de capital	(3.500)	2.860
Aumento de capital social	3.880	-
Pagamento de Arrendamento Mercantil	(11)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento	369	2.860

AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO

Caixa e equivalente de caixa no fim do período	267	266
Caixa e equivalente de caixa no início do período	266	359

AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO

1 (93)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
	Explicativa		
RECEITA			
Custo dos serviços prestados	17	5.033	4.793
LUCRO BRUTO	18	(3.075)	(5.149)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		1.957	(356)
Com vendas	18	(837)	(780)
Perda por redução do valor recuperável de contas a receber	9	(106)	44
Gerais e administrativas	18	(1.461)	(1.770)
Outras receitas operacionais líquidas	19	183	115
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(264)	(2.747)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas Financeiras	20.a	38	59
Despesas Financeiras	20.b	(35)	(49)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(260)	(2.737)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(3)	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(263)	(2.737)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Capital social	Resultados acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	265	(912)	(647)
Prejuízo do exercício	-	(2.737)	(2.737)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	265	(3.649)	(3.384)
Aumento de Capital Social	3.880	-	3.880
Absorção Prejuízos acumulados	(3.649)	3.649	-
Prejuízo do exercício	-	(263)	(263)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	496	(263)	233

Capital social	496	265
Prejuízos acumulados	(263)	(3.649)
Total do patrimônio líquido	233	(3.384)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1- Contexto Operacional

A Companhia, com sede em Curitiba - PR, foi constituída em 29 de setembro de 1966, tendo como objetivo explorar a atividade jornalística, por meio da captação, edição, impressão e distribuição de notícias e informações, e a comercialização de espaço publicitário em jornais impressos e no meio digital (internet). Atua integradamente com empresas congêneres, no âmbito do GRPCOM – Grupo Paranaense de Comunicação, compartilhando algumas estruturas administrativas, cujos custos são atribuídos às empresas de acordo com critérios definidos em comum acordo entre estas e que levam em consideração os correspondentes benefícios gerados. O GRPCOM – Grupo Paranaense de Comunicação, sendo o sócio majoritário da Companhia, garante a continuidade do negócio, respaldando suas operações. Essa sustentação vem através do aval dos sócios e dos demais negócios do grupo.

2- Base de preparação

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras são consistentes com aquelas adotadas e apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. As políticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nessas demonstrações financeiras.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no período corrente, estão consistentes com o exercício e período comparativos apresentados.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20 de Março de 2021.

3- Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4- Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incerteza sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 9** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Notas explicativas 14** - determinação do período de arrendamento e taxas de desconto;
- **Nota explicativa 11** - revisão da vida útil e valor residual;
- **Nota explicativa 16** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

5- Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6- Principais políticas contábeis

6.1 Receita de contrato com o cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47/IFRS 15
Publicidade	A receita com publicidade é reconhecida após a veiculação das inserções de mídia contratadas pelo cliente. As Notas Fiscais de faturamento são emitidas no momento do faturamento e enviadas aos clientes. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 43 dias.	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.
Venda de Jornais	A companhia realiza a venda de jornais impressos. Essa receita é reconhecida somente após a confirmação da venda. As Notas Fiscais de faturamento são emitidas no momento do faturamento e enviadas aos clientes. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 57 dias.	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.

6.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber de clientes e variação cambial. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros e variação cambial.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

6.3 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos não revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.4 Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição, líquido de provisões para perdas, quando aplicável, e não excedem ao custo de reposição.

6.5 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico (Nota explicativa nº 14), menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. As vidas úteis estimadas, para o período corrente e comparativo, são as seguintes:

Itens do imobilizado	2020	Em anos 2019
Equipamentos de informática	5	5
Máquinas e equipamentos	10	10
Móveis e utensílios	10	10
Beneficentários	25	25
Outros	10	10

6.6. Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os

benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas, para o período corrente e comparativo, dos itens do ativo intangível, principalmente, softwares é de 5 anos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

1.2. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros da Companhia são classificados como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
 - termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
 - o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
 - os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).
- O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também